

A polêmica Rouanet

Produtores e artistas de Piracicaba defendem a lei, mas ela precisa de adequações

JOSÉ RICARDO FERREIRA
Da Gazeta de Piracicaba
jose.ferreira@gazetadepiracicaba.com.br

A Lei Rouanet foi criada em 1991, no governo Collor. Nos últimos anos, porém, tem sido foco de muitas críticas e, recentemente, alvo de pedido de CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) - também está na mira da Polícia Federal. A Rouanet foi uma importante iniciativa. Ela permite que produtores e instituições captem, junto a pessoas físicas e jurídicas, recursos para financiar projetos culturais. O valor destinado a esses projetos pode ser deduzido integralmente do Imposto de Renda a pagar. Mas o futuro dessa lei pode estar incerto, após tantas denúncias. A PF, em ação conjunta com a Controladoria Geral da União, está conduzindo a Operação Boca Livre para investigar o desvio de recursos federais em projetos culturais com benefícios de isenção fiscal previstos na Rouanet. As denúncias apontam desvio de recursos para eventos corporativos, shows com artistas famosos em festas privadas (inclusive casamentos) e livros institucionais.

Marcos Thadeus é diretor de produção do espetáculo Paixão de Cristo de Piracicaba e Coral Vozes, além de coordenador editorial do livro Paixão de Cristo, Paixão de Piracicaba. São diversas as polêmicas apresentadas, sobretudo nas redes sociais, quando se fala em Lei Rouanet, segundo diz ele. "Na primeira década deste século, a polêmica era sobre o poder de decisão dos diretores de marketing das empresas patrocinadoras por decidirem qual projeto deveria ser montado", lembra. Como sempre, continua ele, o peso sobre os chamados "globais" é marcante. "Todos acreditam terem maior facilidade em captação e que também estão numa concorrência desenfreada", diz.

"Para mim, a principal discussão da Lei Rouanet é a concentração dos valores captados em apenas 10 proponentes. Isso é reflexo da nossa economia excludente, que não realiza de fato a divisão de rendas", explica. Do total patrocinado em 2014, de R\$ 1,3 bilhão, somente 10 proponentes conseguiram abarcar o montante de R\$ 176,07 milhões, aproximadamente 15% do investimento federal, o que possibilitou a realização de apenas 36 projetos do total de 3.288 captados, segundo pesquisou Thadeus. "É válido ressaltar que foram aprovados 6.057 projetos culturais de diferentes segmentos culturais. Há, ainda, um total de 2.769 projetos aprovados sem captação de recursos, aproximadamente 45%. Essa abordagem eu desenvolvi num artigo científico para conclusão da minha pós-graduação em Gestão Cultural, que, apesar do peso acadêmico, batizei-a num gesto poético de Os limites da imaginação", diz o diretor.

Thadeus trabalha com Lei



Visitação no Salão de Belas Artes em Piracicaba: consumo de arte no país garante a realização de grandes eventos

Rouanet desde 1996, com a Associação Cultural e Teatral Guarantã. "Somos pioneiros na cidade e região em operar com leis de incentivo. Sobre a Paixão de Cristo de Piracicaba, somente é possível sua realização com a verba advinda dos recursos captados. No ano passado, foi lançado o livro Paixão de Cristo, Paixão de Piracicaba, que narra a trajetória da construção do espetáculo, que é considerado uma manifestação cultural, e seu envolvimento com a cidade. Tudo está registrado no livro graças à Lei Rouanet, que proporcionou sua realização", conta ele.

Thadeus diz que, quanto à realização dos seus projetos, está muito satisfeito com a Lei Rouanet e acredita que Piracicaba também. "Todos os anos, aproximadamente 15 mil pessoas assistem a Paixão de Cristo de Piracicaba com ingressos gratuitos ou com preços populares. Isso é acesso à cultura e formação de cidadania. Mas isso não dá a essa lei o status de perfeição. É uma lei de 1991 e precisa ser modificada. Hoje, sou um profissional da área de produção cultural, e não somente com a Lei Rouanet, mas também com outras leis de incentivo, pude realizar diversos projetos: espetáculos teatrais, exposições e livros", explica.

MODIFICAR

Embora essa lei esteja sob suspeita, ela não deve ser extinta, entende Thadeus. "Deve ser modificada. Não sou advogado, mas acredito que poderia ser feito com uma instrução normativa. O mecanismo funciona, mas assim como proporciona grandes projetos, inclusive musicais, o foco fica nos projetos exorbitantes, mas existem muitos projetos realizados com a lei e que não estão na mídia. Para mim, a divisão dos valores será um grande solucionador dos impasses e poderá criar a chance da realização de outros projetos. Será interessante caso o Ministério da Cultura tome como exemplo a Lei do ProAC-ICMS do Estado de São Paulo e estipule um teto



Pa Moreno é cantora e compositora: ela aposta nos sites de captação



Antônio Chapéu é também ator e diretor: Rouanet precisa ser revista

para cada projeto. Automaticamente, as empresas destinariam seus recursos para diver-

sos proponentes e não apenas um ou outro", explica o produtor.

Segundo ele, também há um lado muito importante a ser elucidado: a bilheteria. Com a lei da meia-entrada, os ingressos ficaram caros para o público e baratos para o caixa da bilheteria, porque, em geral, 65% de qualquer bilheteria é contabilizada como meia-entrada, segundo explica ele. "Seria muito pertinente que o governo ressesse a meia-entrada para a bilheteria do espetáculo", opina.

CHAPÉU

José Antônio da Silva, o Antônio Chapéu, é coordenador dos grupos teatrais do Núcleo Universitário de Cultura (NUC) da Unimep. Graduado em jornalismo pela mesma universidade, tem especialização em arte e educação pela Esalq/USP. Chapéu é muito conhecido nos meios culturais da cidade e vem de uma geração que, com os próprios esforços, conseguia dar vida à cultura local. Naqueles anos 1980, não havia leis de incentivo como hoje.

"Esse tipo de incentivo (Rouanet) que tem a participação de empresas na sua estrutura, como apoiadoras dos projetos aprovados, acaba atingindo em maior número os projetos que já estão no mercado e que, em tese, não precisariam de apoio público, pois já são produtos rentáveis. Normalmente, são projetos de artistas renomados que serão realizados, independente do apoio de leis de incentivo", entende Chapéu. Em sua análise, o que o Brasil precisa é de políticas "verdadeiramente" públicas de incentivo à cultura. "Que dê conta de atender a diversidade cultural desse imenso território", afirma. A exemplo de Thadeus, Chapéu também rechaça o fim da Rouanet, porém, enfatiza a necessidade de sua revisão.

Chapéu lembrou que, há anos, está em discussão o Plano Nacional de Cultura. Caso seja aplicado, diz, vai potencializar a implantação de políticas públicas culturais.

Com a crise econômica, a produção cultural corre riscos? "É nos momentos de crise que surgem as soluções mais criativas. A cultura é o maior exemplo disso. Acredito que esse momento de 'terra arrasada' possa trazer fertilidade para as cabeças criativas dos artistas", diz Chapéu.

MÚSICOS

A Rouanet é vista por muitos artistas independentes como a única forma de viabilizar seus projetos. Músicos ouvidos pela reportagem, porém, não demonstraram muita intimidade com essa lei. "Nunca trabalhei e não tenho planos para captar. Ultimamente, aposto mais em sites de captação coletiva, onde o público é o seu apoiador direto e o retorno é diretamente voltado ao artista", diz a cantora e compositora Pa Moreno. "Nunca usei este mecanismo, mas pretendo em breve conhecer essa lei um pouco melhor", diz o contrabaixista Mário Brito, do estúdio Groovive.

